

**CRÉDITO RURAL NO ESPÍRITO SANTO: ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS ANOS 2000
A 2012**

RURAL CREDIT IN ESPÍRITO SANTO: ANALYSIS OF RESULTS FROM THE YEARS 2000 TO 2012

Celso Bissoli Sessa*

Huan Carlos Dias Barros**

RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre a política de crédito rural no Espírito Santo, definida como instrumento importante no desenvolvimento econômico e social, através do atendimento das necessidades dos produtores que precisam de recursos que possibilitem seus investimentos. Sua função é ainda mais importante no Espírito Santo, uma vez que o território capixaba é em sua maioria agrário, sendo que a área efetivamente urbanizada se concentra em poucas cidades situadas principalmente na região Metropolitana. Assim, analisar e caracterizar os resultados da política do crédito rural no estado é imprescindível para entender o apoio que o setor está a receber através de tal política. Desse modo, o objetivo é caracterizar a política de crédito rural no estado capixaba a partir da determinação do atual cenário da sua economia, do entendimento dessa política agrária e da análise dos dados do crédito direcionado ao campo.

Palavras-chave: Crédito Rural, Economia Capixaba, Agropecuária.

ABSTRACT

ABSTRACT: This work is a study of the rural credit policy of Espírito Santo, defined as an important tool in economic and social development by meeting the needs of producers who need resources to enable their investments. Its role is even more important in Espírito Santo, since the state of Espírito Santo is in its agricultural majority, and the effectively urbanized area is concentrated in a few cities located mainly in the metropolitan region. So, analyze and categorize the results of the rural credit policy the state is essential to understand the support that the sector is receiving through this policy. Thus, the goal is to characterize the rural credit policy in Espírito Santo state from determining the current scenario of the economy, the understanding of this agrarian policy and analysis of credit data directed to the field.

Keywords: Rural Credit, Capixaba Economics, Development.

* Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras. Vitória/ES. Sala 113, Departamento de Economia (DE). CEP: 29075-910. E-mail: celso.sessa@ufes.br

** Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras. Vitória/ES. Departamento de Economia (DE). CEP: 29075-910. E-mail: huanncdbarros@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo sobre a política de crédito rural no Espírito Santo, definida aqui como instrumento importante no desenvolvimento econômico e social, através do atendimento das necessidades dos produtores que precisam de recursos que possibilitem seus investimentos. Já é conhecido que o crédito permitiu a expansão e o desenvolvimento das principais atividades econômicas desenvolvidas no mundo moderno. Através dele há a possibilidade de imediata mobilização de riqueza, consequentemente o aumento do número de negócios, produção e consumo.

O crédito rural, em particular, serve para que os produtores mantenham uma agricultura rentável e competitiva, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais. Como política governamental, é um mecanismo necessário devido aos riscos inerentes da produção agrícola, visto que é inexistente o controle da instituição financiadora e até mesmo do proprietário da terra sobre o resultado final da produção. Sua função é ainda mais importante no Espírito Santo, uma vez que o território capixaba é em sua maioria agrário, sendo que a área efetivamente urbanizada se concentra em poucas cidades situadas principalmente na região Metropolitana. Assim, analisar e caracterizar os resultados da política do crédito rural no estado é importante para entender o apoio que o setor está a receber através de tal política.

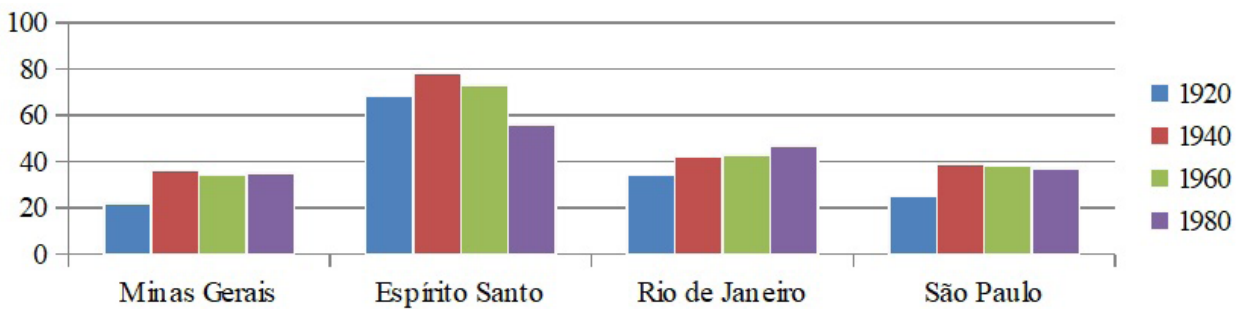
Inicialmente, será discutido o histórico da economia do Espírito Santo – em especial do setor agropecuário. Há de se notar que a agricultura tem papel fundamental no desenvolvimento econômico estadual ao longo dos anos, sendo que hoje o estado se destaca na produção do café, mamão, cana-de-açúcar, extração de madeira e pecuária (criação de aves e produção de ovos, principalmente). Em seguida, será tratada a política de crédito direcionado, apresentando sua função através do desenvolvimento em setores estratégicos nos quais é necessária a intervenção do governo. Segundo a visão pós-keynesiana, o direcionamento do crédito é considerado como um recurso governamental capaz de alterar a dinâmica de determinadas localidades e será visto que o crédito rural, dentro desse contexto, nada mais é do que o direcionamento de riquezas para o campo. Aqui, serão apresentadas as principais características dessa política, identificando os agentes, classificações e requisitos da sua distribuição. Por fim, serão apresentados os resultados da política de crédito rural no Espírito Santo a partir dos anos 2000 até 2012 a fim de verificar a lógica na sua distribuição, que servirão de base para uma análise em âmbito nacional, regional e municipal. Desse modo, o objetivo é caracterizar a política de crédito rural no estado capixaba a partir da determinação do atual cenário da sua economia, do entendimento dessa política agrária e da análise dos dados do crédito direcionado ao campo.

1 SÍNTESE DA ECONOMIA CAPIXABA

Historicamente, o setor agropecuário do Espírito Santo tem seu desenvolvimento ligado intrinsecamente com a evolução de sua cafeicultura. Conforme aponta Villaschi (2011, p. 29), “o marasmo histórico da economia capixaba só foi rompido com a introdução e a expansão da cultura do café”. De fato, iniciada em meados do século XIX, essa produção se tornou a principal atividade rural resultando na base da economia do Espírito Santo até então.

Inicialmente, a mão de obra da lavoura cafeeira era de origem escrava. Com o fim da escravidão e, posteriormente, com os esforços para vinda de imigrantes a fim de ocupar as demais áreas do Espírito Santo, a mão de obra predominante se tornou a de colonos estrangeiros. Assim, a estrutura agrária capixaba ficou caracterizada pelo trabalho familiar e de grande participação de pequenas e médias propriedades produtoras em relação ao total de área dos estabelecimentos rurais. Participação essa superior à média dos demais estados brasileiros. A seguir, gráfico que reflete esse cenário no Sudeste:

Gráfico 1 - Participação relativa da área até 200ha na área total de estabelecimentos rurais - sudeste (%)



Fonte: Adaptado de Nonnenberg e Rezende (2010, p. 143).

Observa-se que, até 1960, a participação das pequenas e médias propriedades na área agropecuária total do Espírito Santo se manteve próxima a 70%, com um pequeno decréscimo a partir de 1980 em razão do aumento das áreas dedicadas à atividade pecuária no Estado no final da década de 1950. De certo, o período de 1960 foi marcado pelo rompimento da dinâmica tradicional da cafeicultura capixaba, resultado da crise que se abateu sobre a produção de café nacional. A economia capixaba sentiu os efeitos do Programa de Erradicação de Pés de Café, implementado em 1962, recuperando-se apenas na década de 1970 (NONNENBERG; REZENDE, 2010), com a introdução do café conilon e a elevação das cotações internacionais.

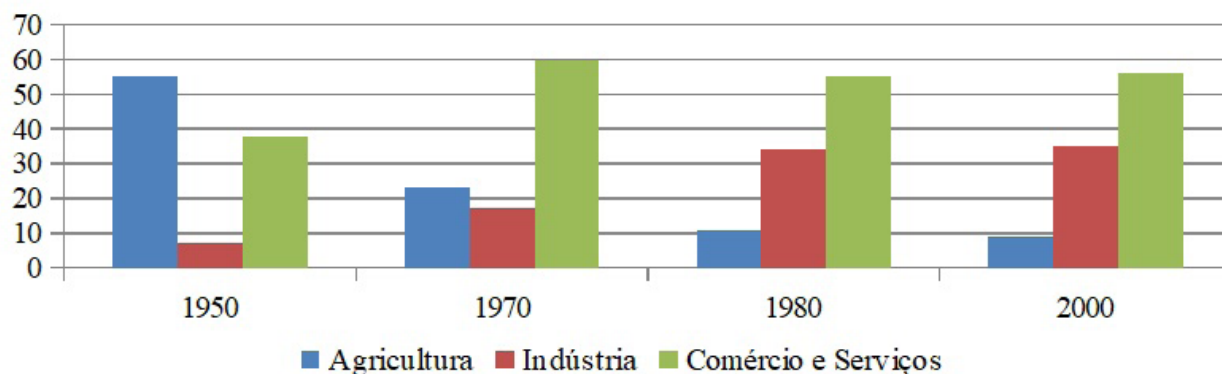
A política do Governo Federal de erradicação dos cafezais significou o desmonte dos ideais de continuidade do padrão econômico estabelecido no Estado. A dificuldade de reprodução da propriedade familiar, esgotamento da fronteira agrícola, precárias condições de produção e queda dos preços do café indicavam os sinais de decadência de sua economia (VILLASCHI, 2011). Eram necessárias mudanças nesse padrão.

Assim, no período 1960-1975 o Espírito Santo deu início ao processo de transição de uma economia agrário-exportadora, centrada na cafeicultura, para uma economia urbano-industrial. Resultado de políticas públicas de incentivo às condições endógenas da economia local, o Estado obteve um crescimento liderado por empresas locais de pequeno e médio porte. Posteriormente, no período 1975-1990, a economia capixaba foi impulsionada pelo desenvolvimento dos Grandes Projetos industriais (CAÇADOR; GRASSI, 2009a). Como efeito dos investimentos em grandes projetos industriais, três setores se destacaram: celulose e papel, com a implantação de bosques e da fábrica da Aracruz Celulose S.A.; beneficiamento do minério de ferro, com o desenvolvimento da Companhia Vale do Rio Doce e Samarco; e o metalúrgico, com a implantação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (NONNENBERG; REZENDE, 2010). Dessa forma, o Estado se adquiriu especialização produtiva em commodities industriais, de produção em grande escala e intensiva em recursos naturais.

Embora o setor primário tenha deixado de ser prioridade do governo, ainda nesse período “tornaram-se mais importantes a diversificação e modernização da agricultura capixaba, impulsionadas, principalmente, por novas formas de financiamento da agricultura, via Bandes” (VILLASCHI, 2011, pg. 116). Ao final da década de 80, o número de cafeeiros plantados alcançava o triplo da produção de 1970.

Na década de 90, o Espírito Santo já apresentava um perfil econômico definido e predominantemente urbano-industrial. Consolidou-se uma estrutura produtiva caracterizada por grandes plantas industriais voltadas à exportação e pequenas e médias empresas voltadas para o mercado local. Segundo Caçador e Grassi (2009b), em 1990, o estado entrou em seu 3º Ciclo de Desenvolvimento Econômico, caracterizado como um processo de “diversificação concentradora”. Com uma evolução estrutural notável, o estado entrou em um ciclo dinâmico de desenvolvimento de vários setores, como alimentos e bebidas, metalmeccânico, móveis, rochas ornamentais, etc. (VILLASCHI, 2011). A seguir, gráfico 2 que se refere a essa mudança, representada aqui na composição do PIB (%) de cada setor produtivo. Nota-se que o PIB do setor alavancou ao longo dos anos apresentados, alcançando o patamar de 35% ao final dos anos 90. A participação das atividades de comércio e serviços também cresceu de 38% para 56% no mesmo período. No entanto, o peso da agricultura na economia estadual encolheu de 55% para 9% no período analisado.

Gráfico 2 - Composição do PIB do Espírito Santo (%) - 1950-2000



Fonte: Elaboração do autor a partir de Nonnenberg e Rezende (2010).

Atualmente, as políticas econômicas estão voltadas para o desenvolvimento do potencial petrolífero do Estado. Os investimentos em infraestrutura logística marítima e terrestre permitiram a criação de externalidades positivas para os demais setores, favorecendo a entrada e o escoamento das matérias-primas e produtos, atraindo indústrias de siderurgia e mineração, bem como incentivando a produção agrícola (PIRES, 2010). Aos poucos o Espírito Santo cresceu no cenário nacional e, embora não possua grande participação no PIB brasileiro (2,4%), é um dos estados que mais cresce no país. Apresenta uma base logística de alta capacidade, com destaque para as atividades portuárias, abundância de recursos naturais e agricultura diversificada. O Espírito Santo (5,3%) cresceu acima da média nacional (3,9%) entre os anos de 2002 até 2011, e boa parte deste crescimento deve-se ao desempenho das commodities (minério de ferro, aço, celulose, e, mais recentemente, petróleo e gás). Hoje, o Espírito Santo apresenta uma economia diversificada e baseada nas atividades portuárias, indústria de rochas ornamentais, celulose, na siderurgia e mineração, exploração de petróleo e gás natural, e agricultura, com destaque para o café e fruticultura. A tabela 1 representa a composição das atividades econômicas no Valor Adicionado, comparando com o Brasil.

Tabela 1 - Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (%) - 2005 e 2011

Atividades	2005		2011	
	ES	BR	ES	BR
Atividade Primária	8,8	5,7	6,2	5,5
Atividade Secundária	33,8	29,3	38,5	27,5
Atividade Terciária	57,5	65,0	55,2	67,0
Valor Adicionado Bruto (a preços básicos)	100,00	100,00	100,0	100,00

Fonte: Adaptado de IJSN/Bases de dados.

Nota-se que o setor primário capixaba reduziu, em participação do valor adicionado total, de 8,8% em 2005 para 6,2% em 2011. Porém, seu peso ainda é maior que o verificado na média nacional (5,5%). Ainda assim, não se pode diminuir a importância da agricultura em termos qualitativos e sociais no estado. O setor secundário elevou sua participação no mesmo período, de 33,8% para 38,5%, impulsionado pela extração petrolífera. Por fim, o setor terciário, que ocupa a posição de maior peso na economia capixaba (55,2% em 2011), seguindo a tendência brasileira, embora inferior à média nacional (67%).

2.1 AGROPECUÁRIA A PARTIR DOS ANOS 2000

A partir dos dados do Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE, é possível definir como se encontrou a estrutura agrária do estado durante a década de 2000, tomando a premissa de que tal estrutura pouco se modificou até os dias atuais. Sabe-se que a estrutura agrária capixaba é caracterizada por uma proporção maior de estabelecimentos rurais cujo trabalho é familiar, definido como aquele que se baseia na mão de obra do proprietário e de sua família, ao contrário da produção capitalista, que se baseia em mão de obra contratada.

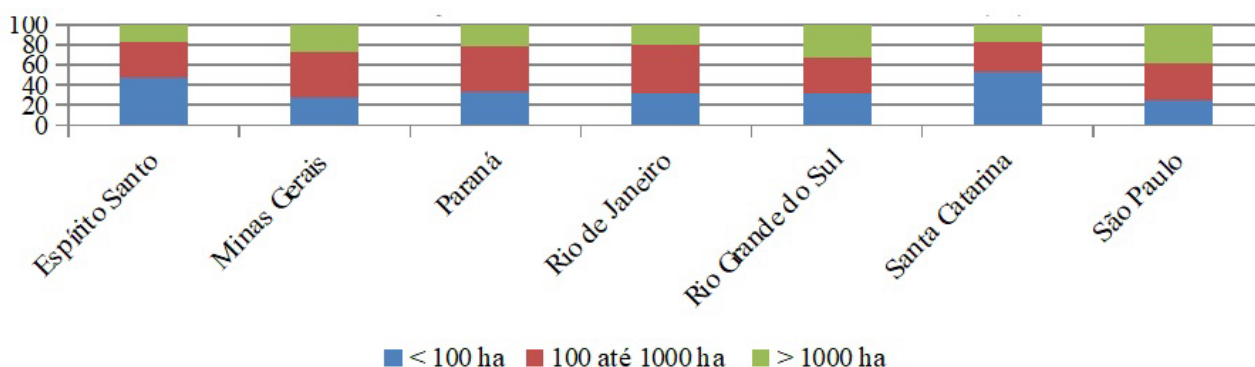
Tabela 2 - Participação dos responsáveis e membros da família sobre o pessoal ocupado total (%) - 2006

Estados	2006
Espírito Santo	73,7
Minas Gerais	65,9
Paraná	79,2
Rio de Janeiro	66,1
Rio Grande do Sul	87,9
Santa Catarina	87,1
São Paulo	47,7

Fonte: Elaboração do autor a partir de IBGE/Censo Agropecuário 2006

Nota-se que o Espírito Santo possuía 73,7% da participação dos responsáveis e membros da família sobre o pessoal ocupado em 2006, sendo o estado com maior participação entre os demais do Sudeste. Possuía, também, uma das maiores concentrações de estabelecimentos com áreas até 100 hectares no grupo entre os estados do Sul e Sudeste. Com uma margem próxima a 50% de propriedades menores que 100 ha, 35% de 100 até 1000 ha e 15% maiores que 1000 ha. A seguir, uma comparação com os estados do Sul e Sudeste.

Gráfico 2 - Distribuição dos estabelecimentos por grupo de área (%) - 2006



Fonte: Elaboração do autor a partir de IBGE/Censo Agropecuário de 2006

Como indicam Rocha e Morandi (2012), a agricultura capixaba, antes abalada pela crise dos preços e pelos programas de erradicação de café, voltou-se para a diversificação de sua produção, como extração de madeira, pecuária e lavouras tradicionais (milho, feijão e mandioca). Entretanto, com exceção da pecuária, essas atividades não apresentaram um dinamismo suficiente para substituir o café como fonte geradora de emprego e renda. Consequentemente, as principais atividades rurais do Espírito Santo estão concentradas na cafeicultura, na pecuária bovina e, recentemente, na fruticultura.

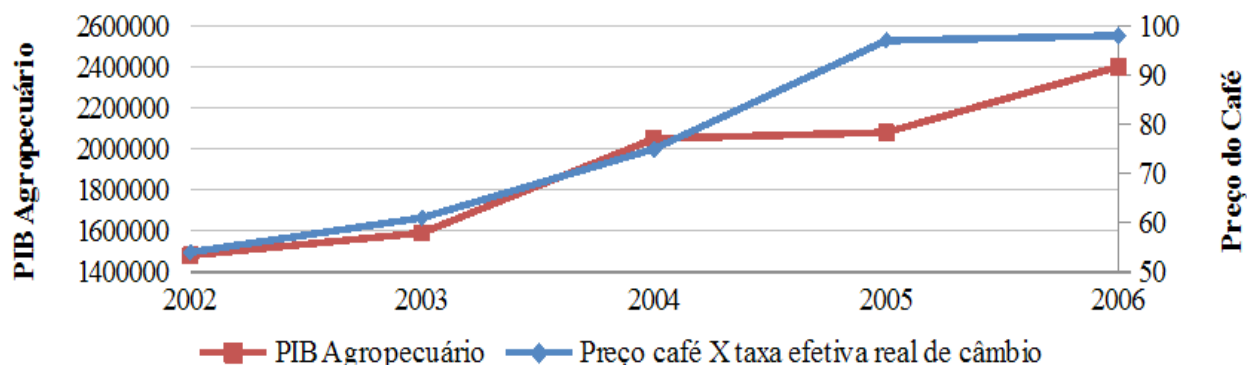
Quadro 1 - Principais produtos, por atividade da agricultura, do Espírito Santo – 2012

Atividade	Valor da Produção (R\$ mil)	Quantidade (toneladas)
LAVOURA		
Café (em grão)	3.259.904	772.049
Mamão	324.107	484.645
Cana-de-açúcar	205.052	4.650.742
Tomate	175.777	136.435
Banana (cacho)	151.224	241.997
Pimenta-do-reino	68.754	6.67
Maracujá	43.959	35.7
SILVICULTURA		
Madeira em tora	454.773	5.351.357 m ³
Madeira em tora para papel e celulose	417.546	5.066.055 m ³

Fonte: Elaboração do autor a partir de IBGE.

Como se pode observar, há um predomínio do cultivo de café. No estado, sua cultura constitui em uma das melhores fontes de renda para os pequenos produtores rurais e sempre foi uma atividade em expansão, com exceção do período de erradicação dos cafeeiros (ROCHA e MORANDI, 2012). Em 2008, 60 mil das 85 mil propriedades rurais capixabas, ou seja, 70%, eram destinadas para o cultivo do café. Como reflexo, tal cultura representou aproximadamente 400 mil postos de trabalho no período analisado (VILLASCHI, 2011). Por causa desse predomínio, o PIB Agropecuário do estado sempre foi, e ainda é, altamente dependente das flutuações de preço do café no mercado internacional e da taxa de câmbio.

Gráfico 3 - PIB Agropecuário (R\$ mil) e preço do café (convertido pela taxa de câmbio real) - 2002-2006



Fonte: Nonnenberg e Rezende (2010, pg. 153).

O Gráfico 3 sugere uma correlação entre as variáveis mencionadas ao longo do período de 2002 até 2006. Como indica, a medida que o preço do café, multiplicado pela taxa efetiva real de câmbio, aumenta, verifica-se a elevação do PIB Agropecuário. Analisando a evolução do PIB Agropecuário da segunda metade da década de 1990 até 2006, comparando com outros estados, tem-se:

Tabela 3 - Taxas médias anuais de variação real do PIB agropecuário nas regiões Sul e Sudeste (%)

Estados	1994-2001	2003-2006
Espírito Santo	-2,9	12,5
Minas Gerais	-3,4	0,1
Paraná	3,5	-3,8
Rio de Janeiro	2,6	0,7
Rio Grande do Sul	3,0	-0,7
Santa Catarina	3,5	-2,2
São Paulo	4,3	-2,8

Fonte: Adaptado de Nonnenberg e Rezende (2010).

Nota-se que na segunda metade da década de 90, a variação média do PIB Agropecuário capixaba foi negativa (-2,9%), cenário que modificou com a virada do século. Com resultados superiores aos demais estados, o Espírito Santo alavancou seu PIB Agropecuário em 12,5%. O desempenho positivo foi proporcionado pela elevação dos preços do café (ver Gráfico 3) e pelo desenvolvimento dos mercados de produtos não tradicionais. De certo, além da qualidade do solo, clima e altitude, outro principal fator determinante para explicar a evolução do setor no Espírito Santo foi a tecnologia. Sua disseminação no campo refletiu em novos cultivares do café e no desenvolvimento das inovações referentes à fruticultura, permitindo a expansão dessas atividades nos últimos anos (NONNENBERG; REZENDE, 2010). O estado passou a desempenhar papel fundamental no campo, possibilitando aos agricultores, principalmente sobre pequenos e médios, o acesso às novas técnicas de produção e ao crédito. Sobre o crédito, a próxima seção trará uma discussão sobre seu direcionamento, em especial o crédito rural, nos dias atuais.

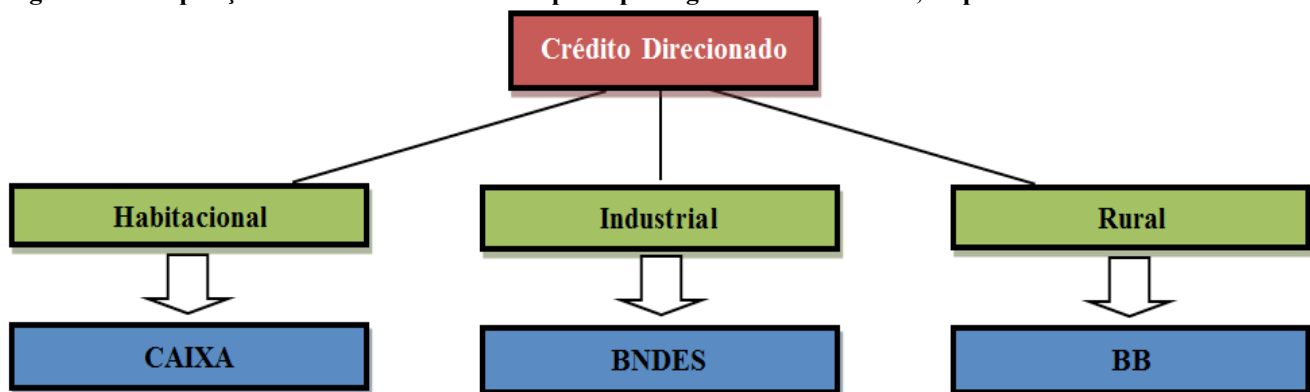
3. CRÉDITO DIRECIONADO

Por definição, crédito direcionado seria todo crédito que, por prioridades políticas, recebe algum tipo de direcionamento alocativo, inclusive de taxa de juros, pelo governo. Com objetivo de manter certo patamar de investimento de longo prazo na economia e também para cumprir sua função social, o estado aloca recursos em setores estratégicos, através de sua oferta, sendo que as principais características desse crédito são: possuir maior prazo para pagamento e taxa de juros mais baixa que as praticadas no mercado.

Segundo Torres Filho (2006), dois terços do crédito bancário eram aplicados de acordo com critérios próprios dessas instituições, dentro das normas fixadas pelo Bacen, e o terço restante é o denominado “crédito direcionado”. Hoje, essa proporção já é de 50% de recursos livres e 50% de crédito direcionado.

A partir da Figura 1, tem-se que os principais operadores do crédito direcionado são bancos públicos. O crédito para investimentos das empresas é realizado, em grande parte, por meio de operações diretas e repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nos financiamentos habitacionais destaca-se a Caixa Econômica Federal. Por fim, o crédito rural, sendo o principal agente financiador o Banco do Brasil. Ao que indica, a participação dos bancos privados é relativamente pequena. Segundo Pereira Neto e Vieira (2011), o que se observa é que o sistema financeiro privado possui baixa propensão a financiar investimentos com prazos maiores de maturação. Citado pelos autores, Crocco, Nogueira e Santos dizem que “suas operações privilegiam o curto prazo e as operações em títulos e valores mobiliários, denotando significativa aversão ao risco”. (PEREIRA NETO; VIEIRA, 2011, pg. 82).

Figura 1 - Composição do crédito direcionado e principais agentes financiadores, respectivamente¹



Fonte: Elaboração do autor a partir de Lundberg (2011).

Para Chick (apud Pereira Neto e Vieira, 2011), com o desenvolvimento das atividades especulativas, os bancos passaram a ter mais uma alternativa para aplicar seus recursos. Como resultado, há uma deterioração da oferta de crédito para o setor produtivo da economia. A decisão da atividade que receberá financiamento será tomada levando em conta as expectativas com relação ao retorno de todos os ativos possíveis. Tal fato pode ser explicado pela visão pós-keynesiana, na qual a moeda é capaz de afetar motivações e comportamentos dos agentes econômicos tanto no curto quanto longo prazo, de acordo com as expectativas. Também trabalham com o conceito de economias monetárias, em que o tempo é histórico e irreversível e os agentes, ao tomarem suas decisões, o fazem sob alto grau de incerteza.

¹ Em 2005, o saldo total do “crédito direcionado” era de R\$ 202,1 bilhões. Sendo que, o BNDES respondia por 61%, o financiamento rural, por 22,1%, e o financiamento habitacional, por 13,9%. Existem outras classificações, porém o montante de suas operações atingiu apenas 3% do total. (TORRES FILHO, 2006). Dessa forma, estas foram desprezadas na composição do crédito rural no presente trabalho.

Ao analisar os bancos dentro dessa lógica, identifica-se que estes são instituições não-neutras e, assim como todos os agentes econômicos, estão sujeitos à incerteza e tendem, ao verificar uma situação desfavorável economicamente em determinada região, a comprimir a oferta de crédito para esta, deslocando recursos para regiões centrais que oferecem riscos menores e maior diversificação de oportunidades de investimento (CROCCO, NOGUEIRA e SANTOS, 2010). De acordo com Pereira Neto e Vieira (2011), esse cenário acaba por gerar um círculo vicioso, no qual os recursos são direcionados para outras regiões mais dinâmicas, em razão das expectativas, reduzindo os níveis de investimento e de crescimento econômico. Isso tende a ampliar as incertezas e a desestimular possíveis investimentos. Dessa forma, as regiões centrais representam uma redução da incerteza e, conseqüentemente, há uma menor preferência pela liquidez e no aumento do investimento, levando os bancos à transferência de recursos para estas localidades. Os bancos, então, deixam de ser apenas responsáveis pela alocação do crédito, sendo capazes de alterar a dinâmica das variáveis reais (CROCCO; NOGUEIRA; SANTOS, 2010).

A existência de bancos regionais aliada à regulamentação de atuação seria uma forma de conter esse círculo vicioso cumulativo, e em períodos de estagnação, se comportariam de forma anticíclica através da provisão de crédito bancário, para propiciar um reaquecimento da economia. Porém, no Brasil, os bancos regionais foram quase todos extintos ou privatizados, e o que se tem, atualmente, é um sistema bancário formado por conglomerados financeiros, controlados, em sua maioria, pelo segmento privado. Sistema esse, criticado pela incapacidade de prover financiamento de longo prazo para o setor produtivo da economia e reforçar as desigualdades sociais (CROCCO; NOGUEIRA; SANTOS, 2010).

Cabe ao governo, então, possibilitar a realização de projetos estratégicos antes não viabilizados em decorrência das altas taxas de juros e do curto prazo de pagamento, nos quais o mercado trabalha. “No caso do direcionamento do crédito ao setor agropecuário, as motivações são o suprimento e o atendimento de uma parcela de agricultores fora dos requisitos formais estabelecidos pelos bancos para concessão de crédito.” (PEREIRA NETO; VIEIRA, 2011, p.83). Isso se explica na própria agricultura, em que os longos períodos de maturação dos investimentos conjugada às incertezas em relação às condições climáticas e da produção, e volatilidade dos preços dos produtos, acabam por ampliar os riscos dessa atividade, conseqüentemente, no enxugamento da oferta de crédito.

3.1. CRÉDITO RURAL

A partir das reformas financeiras realizadas a datar de 1964, criou-se o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR (Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965) -, que foi “o principal instrumento do capitalismo brasileiro na execução da ‘modernização conservadora’ do campo” (ROCHA; MORANDI, 2012, pg. 116). Com participação e coordenação do Banco Central do Brasil e sob liderança do Banco do Brasil na oferta de crédito, o sistema de crédito rural foi instituído para suprir, basicamente, o acesso e consumo em larga escala dos insumos agrícolas modernos, tais como: adubo, herbicidas, máquinas e tratores.

Segundo Sayad (1984), o diagnóstico de muitos economistas, na época da criação do SNCR, apontava como fator limitante a um melhor desempenho do setor agrícola, uma oferta mais estável e maior de recursos financeiros. Ainda, o papel que o programa de Crédito Rural deveria assumir era o de aumentar e diversificar as fontes de financiamento, semelhante ao que a Lei de Reforma do Mercado de Capitais fazia no resto da economia.

Além do Banco do Brasil, os bancos públicos e privados passaram a ser obrigados a direcionar créditos ao setor agropecuário, ajudando a diversificar as fontes de recursos dos financiamentos rurais. Destas fontes, as principais são: os recursos obrigatórios dos bancos comerciais, calculados com base em um percentual dos depósitos à vista; e os recursos das cardenetas de poupança rural (LUNDBERG, 2011).

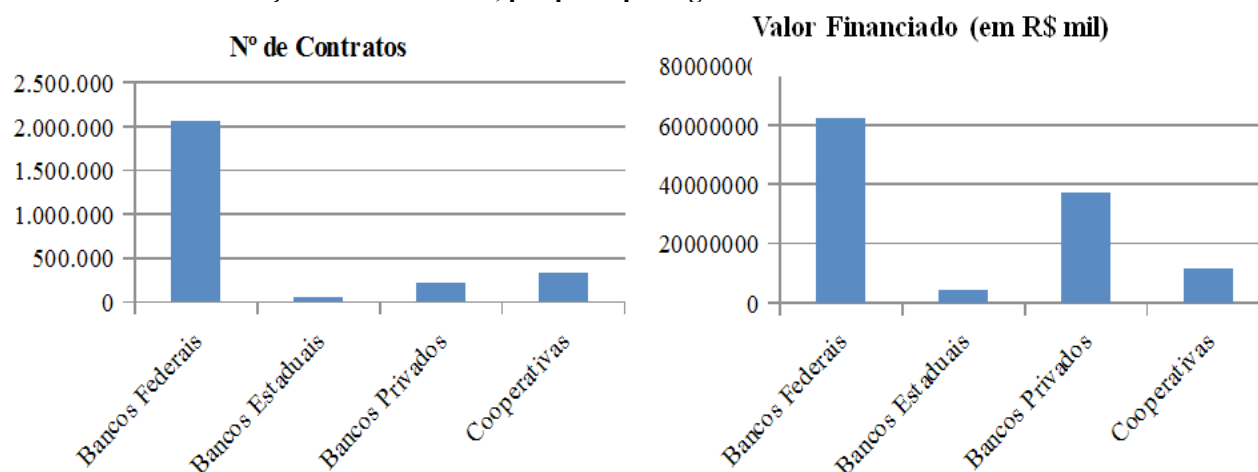
Tabela 4 - Operações do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no Brasil

Fonte de Recursos / Instituições	2002	2006	2008	2010
Recursos Obrigatórios	52,7%	45,8%	47,4%	47,0%
Poupança Rural	12,6%	18,7%	26,0%	30,2%
FAT	10,2%	7,6%	1,3%	1,1%
BNDES/Finame	7,2%	7,3%	5,8%	6,5%
Fundos Constitucionais	6,9%	9,2%	8,8%	7,9%
Outros Recursos Públicos	5,1%	5,7%	4,5%	4,1%
Recursos Livres	5,2%	4,3%	4,8%	2,1%
Recursos Externos (rural)	0,1%	1,4%	1,4%	1,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Bancos Oficiais Federais	55,3%	51,2%	46,0%	49,5%
Bancos Oficiais Estaduais	2,3%	1,8%	2,9%	2,3%
Bancos Privados	35,7%	40,9%	42,0%	38,8%
Cooperativas de Crédito	6,7%	6,1%	9,1%	9,4%

Fonte: BACEN/Anuários Estatísticos de Crédito Rural.

No ano de 2012, existiam 468 instituições participantes do crédito rural atuantes no Brasil. Destas, as que possuíam maiores números de municípios assistidos eram: Banco do Brasil, em 5.130; Bradesco, em 3.394; e Banco do Nordeste do Brasil, assistindo 1.981 municípios (BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural). Há de se destacar que os principais agentes fornecedores de crédito rural atuantes no Espírito Santo são: Banco do Brasil, Bandes, Banco do Nordeste, Sicoob e Banestes. Os gráficos 4 e 5 mostram o volume e valor dos contratos firmados no Brasil, por grupos dos agentes financeiros. Nota-se a predominância dos bancos federais na distribuição do crédito rural. O número de contratos foi de 78%, com 54% do valor financiado. O setor privado representou 8% dos contratos, sendo que corresponderam 32% do valor.

Gráficos 4 e 5 - Distribuição de crédito rural, por principais agentes financiadores - 2012



Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

A tabela 5 mostra a distribuição do crédito nas regiões geográficas do Brasil no mesmo ano. Nota-se que, em termos de quantidade de contratos firmados, a distribuição de crédito rural se concentrou nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Em termos de valores, além do Sudeste e Sul, destacou a região Centro-Oeste.

Tabela 5 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, por região geográfica - 2012

Região	Contrato	%	Valor (em R\$ bilhões)	%
Brasil	2.646.731	100,00	114,84	100,00
Centro-Oeste	165.214	6,24	24,22	21,09
Norte	148.562	5,61	4,61	4,01
Nordeste	885.345	33,45	9,72	8,46
Sudeste	476.856	18,02	33,66	29,31
Sul	970.754	36,68	42,63	37,13

Fonte: BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

Segundo informações do Banco Central do Brasil, quem se pode utilizar do crédito rural são: os produtores rurais (pessoa física ou jurídica); cooperativas de produtores rurais; e pessoas físicas ou jurídicas que, mesmo não sendo produtores rurais, se dedique a uma das atividades descritas pelo próprio BACEN. Basicamente, as finalidades que podem ser financiadas pelo crédito rural são: custeio para cobrir as despesas normais dos ciclos produtivos; investimento em bens ou serviços, cujo desfrute se estenda por vários períodos da produção; e comercialização para cobrir despesas próprias da fase posterior à coleta da produção ou para converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtos ou suas cooperativas (BACEN/FAQ - Crédito Rural). No Brasil, as finalidades de custeio e investimento são predominantes, correspondendo por cerca de 45% e 55% dos contratos totais, somando aproximadamente 55% e 30% do valor total dos financiamentos em 2012, respectivamente.

Tabela 6 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, por finalidade - 2012

Finalidade	Contrato	%	Valor (em R\$ bilhões)	%
Brasil	2.646.731	100,00	114,84	100,00
Custeio	1.159.134	43,79	62,95	54,82
Investimento	1.442.566	54,51	35,05	30,52
Comercialização	45.031	1,70	16,84	14,66

Fonte: BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

O Banco Central separa as atividades financiadas pelo crédito rural em dois grandes grupos: Agrícola e Pecuária. Sendo que, em 2012, equivaleram a 53% e 47% dos contratos totais, e 68% e 32% do valor total financiado, respectivamente.

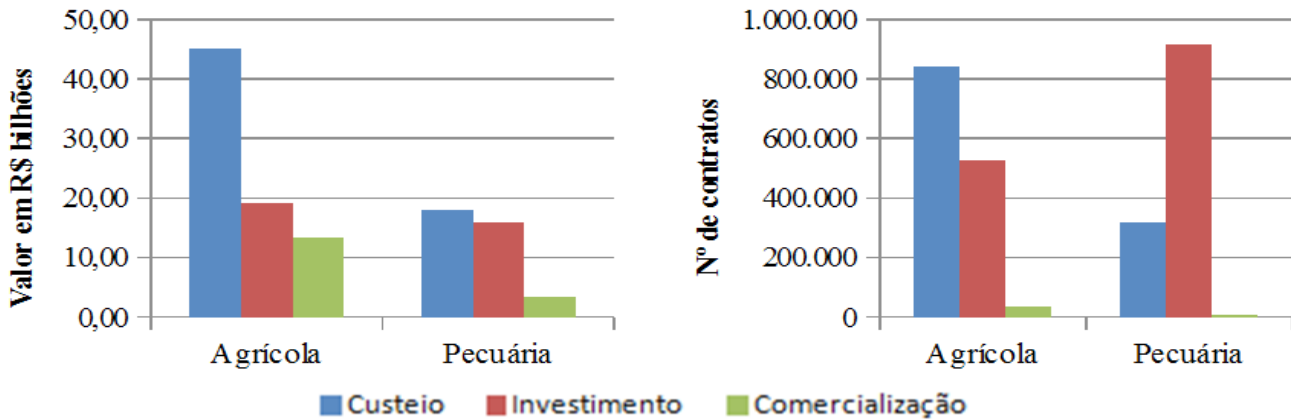
Tabela 7 - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, por atividade - 2012

Atividade	Contrato	%	Valor (em R\$ bilhões)	%
Brasil	2.646.731	100	114,84	100
Agrícola	1.405.181	53	77,54	68
Pecuária	1.241.550	47	37,30	32

Fonte: BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

Nota-se pelos Gráficos 6 e 7, que dentro da atividade agrícola, a finalidade predominante foi a de custeio das despesas da produção, tanto em quantidade de contratos firmados, quanto em valor financiado. Na atividade pecuária, a finalidade investimento se destacou em número de contratos, mas em valor de financiamento se aproxima com a finalidade custeio, sendo inferior a esta.

Gráficos 6 e 7 - Atividades financiadas pelo crédito rural, por finalidade – 2012



Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

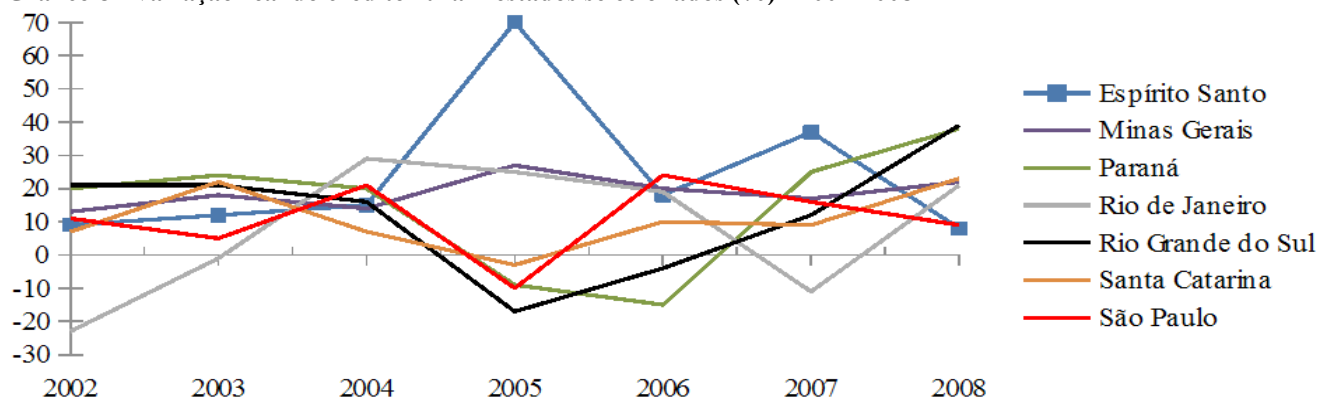
Segundo Lundberg (2011), existem inúmeros programas e subprogramas de crédito rural, de acordo com a fonte dos recursos, a finalidade e os produtos a serem financiados, havendo preocupação em garantir financiamento mínimo para a pequena propriedade. Para o apoio aos micro e pequenos produtores rurais, pode-se destacar o Programa de Geração e Emprego e Renda Rural (Proger Rural) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

De acordo com Nonnenberg e Rezende (2010), o Espírito Santo se destaca no volume de recursos destinados à agricultura familiar, através do Pronaf. Ainda segundo os autores, enquanto as operações dessa natureza, no Brasil, cresceram a uma taxa média anual de 12,3%, entre 2002 e 2007, no Espírito Santo, cresceram 19,2%. Já Pereira Neto e Vieira (2011) indicam que, na primeira década dos anos 2000, 65% dos contratos de crédito rural concedidos no Estado foram firmados pelas linhas Pronaf, percentual menor apenas que a média do Nordeste (81%). Isso pode ser explicado pelo fato de que, segundo Censo Agropecuário de 2006, 79,9% dos estabelecimentos rurais do Espírito Santo eram de natureza familiar ao final de 2006.

Sabe-se que a agropecuária do Estado passou por um vigoroso processo de transformações estruturais e modernização capitalista, além da expansão e da diversificação da produção. No setor cafeeiro, onde mais se desenvolve as instituições e os instrumentos de política agrícola, o crédito, inicialmente, serviu para incentivar a erradicação dos cafezais e fomentar a diversificação da agricultura e, a partir da década de 1970, passou-se a usar o financiamento para expansão do plantio seguindo uma rigorosa orientação técnica que visava obter melhores níveis de produtividade. O fornecimento de crédito, com taxas de juros subsidiados e prazos dilatados de amortização, visava o plantio, à formação de mudas, à recepagem, à formação de infraestrutura, bem como à compra de fertilizantes, defensivos e equipamentos agrícolas (ROCHA; MORANDI, 2012).

A principal característica da nova cafeicultura foi que, tanto a produção familiar, quanto a grande produção capitalista passaram a utilizar os mais modernos insumos e técnicas de produção no cultivo e beneficiamento do produto. Transformação essa, apoiada, principalmente, no crédito rural e em incentivos fiscais (ROCHA; MORANDI, 2012). Considerado como um importante instrumento de estímulo à atividade agropecuária, a variação real do crédito rural e sua dimensão relativamente à renda do setor agropecuário são variáveis relevantes para se analisar o apoio que o setor rural capixaba recebeu (NONNENBERG; REZENDE, 2010).

Gráfico 8 - Variação real do crédito rural - estados selecionados (%) - 2002-2008



Fonte: Nonnenberg e Rezende (2010, pg. 159).

Conforme o Gráfico 8, verifica-se que o Espírito Santo é o estado que obteve maior expansão do crédito rural, em termos reais, no período analisado, devido ao salto observado em 2005. Para identificar a peculiaridade do estado nesse ano é preciso uma investigação, mas que foge ao escopo do trabalho. Entende-se que esse aumento foi fundamental para a recente expansão da agricultura capixaba, especialmente das lavouras de café e fruticultura. Entretanto, a participação do crédito rural no PIB Agropecuário foi inferior às dos demais estados analisados anteriormente, como indica a tabela a seguir:

Tabela 8 - Participação do crédito rural no PIB Agropecuário (%) - 2002-2007

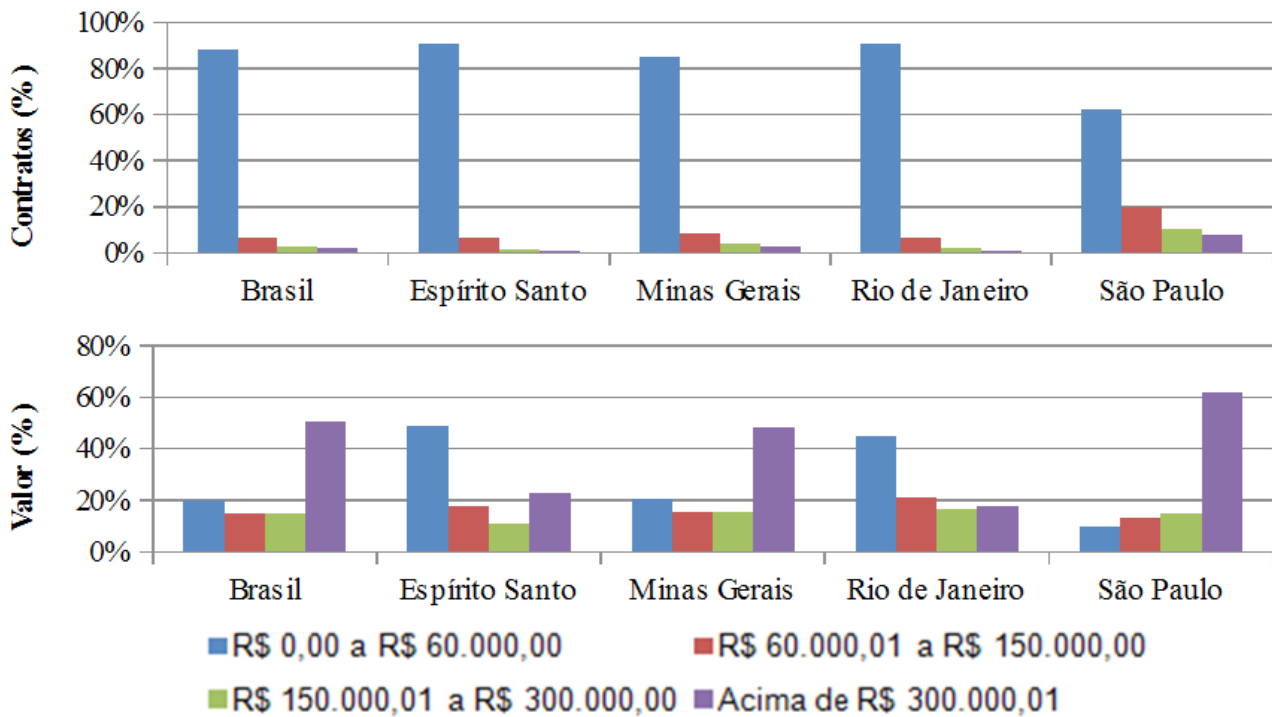
Estados	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Espírito Santo	12,1	12,6	11,4	18,8	19,0	23,8
Minas Gerais	19,9	22,2	23,7	32,1	40,0	45,6
Paraná	45,2	41,5	55,1	71,9	62,0	64,1
Rio de Janeiro	7,4	7,4	8,4	11,5	13,3	14,5
Rio Grande do Sul	43,6	40,0	55,1	71,0	50,8	48,7
Santa Catarina	38,4	37,2	40,8	45,1	57,0	53,7
São Paulo	35,6	39,8	52,6	53,0	53,4	63,2

Fonte: IBGE e BACEN apud Nonnenberg e Rezende (2010, pg. 160).

Pela Tabela 8, o percentual de participação do crédito rural no PIB Agropecuário do Espírito Santo praticamente dobrou no período analisado, mas ao se comparar com os demais estados, com exceção do Rio de Janeiro, fica evidente o fraco resultado capixaba. Em 2006, cerca de 15.000 do total de quase 85.000 estabelecimentos rurais do Espírito Santo tomaram crédito. Isso equivale a quase 18% das propriedades. No Brasil, esse percentual foi de apenas 7,6% (IBGE/Censo Agropecuário). Cria-se, então, a hipótese de uma deficiência no emprego do crédito rural, já que sua participação no PIB Agropecuário do Estado é baixa, ao mesmo tempo em que a absorção de recursos entre os estabelecimentos rurais é superior à média nacional. Dentro dessa discussão, há de se analisar também o volume de crédito que os produtores rurais estão adquirindo perante os agentes financiadores, a ponto de alterar a participação no PIB Agropecuário.

Pelos Gráficos 9 e 10, percebe-se que no Brasil houve um predomínio de contratos firmados abaixo do valor de R\$ 60.000,00. O Espírito Santo não se diferenciou do país nesse aspecto, porém, quando se analisa o montante financiado dos contratos de valor inferior a R\$ 60.000,00, tem-se que o estado capixaba se destacou entre os demais. Ou seja, mais proprietários firmaram contratos de valores próximos, porém inferiores, a R\$ 60.000,00 dentro do estado. De acordo com Pereira Neto e Vieira (2011), constatou-se que o Espírito Santo possuiu, de 2000 a 2010, 1,6% de participação no crédito rural brasileiro, com montante concedido de R\$ 9,4 bilhões.

Gráficos 9 e 10 – Financiamentos aos produtores e cooperativas, por faixa de financiamento (%) – 2012



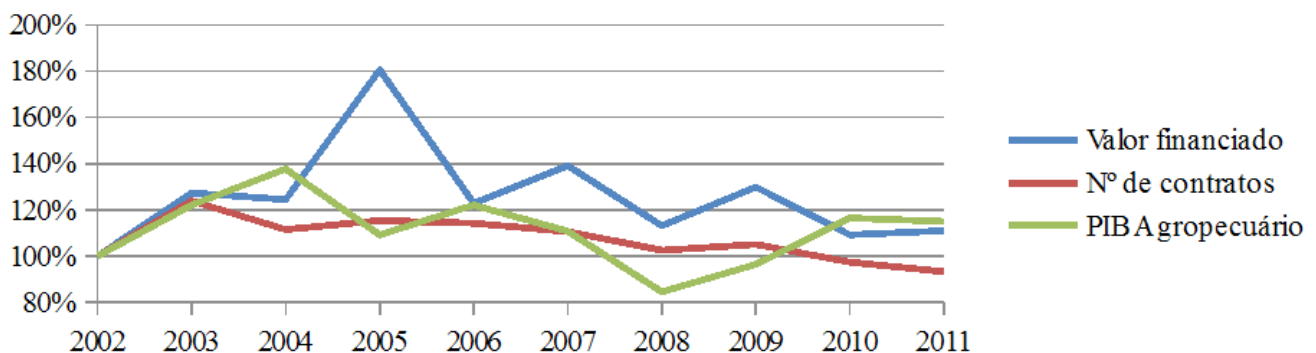
Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

4. RESULTADO DAS POLÍTICAS DE CRÉDITO RURAL NO ESPÍRITO SANTO

Nesta seção serão apresentados os resultados do crédito rural no Espírito Santo a partir de 2000 até 2012. Será feita a análise da evolução do crédito durante esse período e sua relação com o PIB Agropecuário do Estado. Por fim, uma comparação entre municípios do estado, região Sudeste e Brasil, a fim de caracterizar os cerca de 2% do crédito rural brasileiro distribuído na agropecuária capixaba ao longo desse período. É importante observar que os resultados nesta seção se concentram entre os anos de 2000 e 2012, com os valores atualizados para o ano-base de 2012 a partir do IGP-DI.

Durante o período de 2000 a 2012, nota-se que a taxa real média de crescimento anual do valor financiado no Espírito Santo foi de 12%, enquanto que o crescimento médio do número de contratos firmados foi de 6% ao ano. Comparando com o PIB Agropecuário do estado, cuja taxa média de crescimento foi de 10% ao ano, tem-se:

Gráfico 11 - Relação das variações anuais das variáveis selecionadas – 2002-2011



Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural e IJSN/Bases de dados.

Pelo Gráfico 11, nota-se que não há uma relação consistente entre as variáveis mais significativas – PIB Agropecuário e valor financiado -, pelo menos nas variações de mesmos anos. Uma hipótese é o tempo de maturação do emprego do crédito rural a ponto de que a produção resultante influencie no PIB, pois seus efeitos ocorreriam apenas nos anos seguintes.

4.1. ANÁLISE NACIONAL

Durante o período analisado, o Espírito Santo foi responsável por 2,08% dos contratos totais que foram concedidos no Brasil. Desses, o valor financiado atingiu 1,67% do total, equivalendo, aproximadamente, a R\$ 16,4 bilhões, conforme tabela 9.

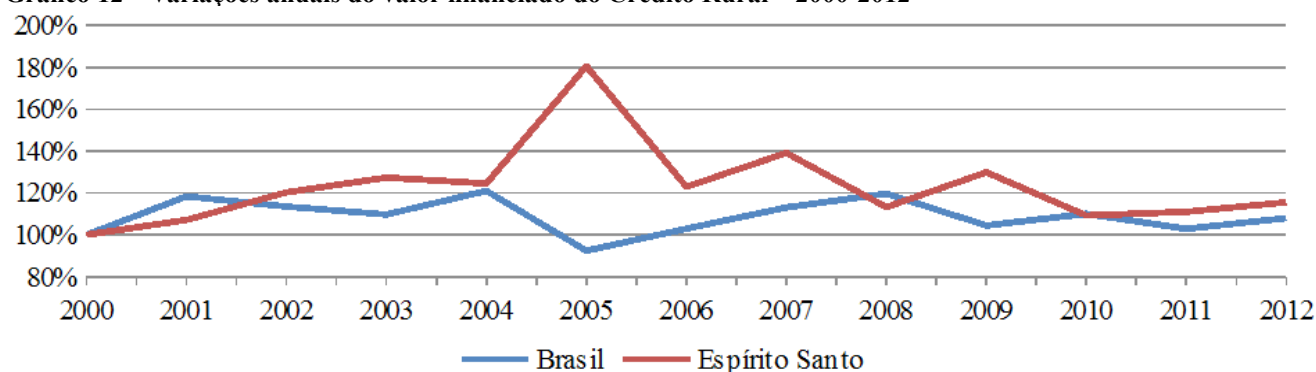
Tabela 9 – Relação Brasil x Espírito Santo no financiamento de Crédito Rural – 2000-2012

	Nº de contratos	Relação BR/ES Nº de contratos (%)	Valor financiado (em R\$ bilhões)	Relação BR/ES Valor financiado (%)
Brasil	31.355.749	100	981,27	100
Espírito Santo	650.902	2,08	16,41	1,67

Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

Enquanto o Espírito Santo apresentou uma taxa real média de crescimento anual do valor financiado do crédito rural de 12%, no Brasil o crescimento foi de 8,6%. Ao comparar suas variações anuais do valor financiado tem-se:

Gráfico 12 – Variações anuais do valor financiado do Crédito Rural – 2000-2012



Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

Nota-se que o ocorrido em 2005 no estado que ocasionou o salto no fornecimento de crédito não aconteceu em nível nacional. Pelo contrário, nesse ano, o Brasil forneceu menos crédito do que havia sido distribuído no ano anterior. Ainda, observa-se que no Espírito Santo o total financiado sempre cresceu ao longo do período analisado. Em relação ao fornecimento de crédito para as atividades agrícola e pecuária, o estado representou 3,09% e 0,64% dos contratos totais do Brasil, com valores de 1,85% e 1,18%, respectivamente, entre 2000 e 2012. Quando comparada a composição das atividades no volume e valor de contratos financiados durante o período, tem-se que a agricultura foi responsável por 58,5% dos contratos no Brasil e 87% no Espírito Santo, e 73% e 81% do valor total, respectivamente. Enquanto que a pecuária foi responsável por 41,5% dos contratos no Brasil correspondendo 27% do valor, e no estado capixaba 13% dos contratos e 19% do valor total.

Tabela 10 – Relação Brasil x Espírito Santo no financiamento de Crédito Rural, por atividade – 2000-2012

	Contratos			Valor Financiado		
	Nº	(%)	BR/ES	*(em R\$ bilhões)	(%)	BR/ES
Brasil	31.355.749	100	-	981,27	100	-
Agricultura	18.326.750	58,44	100	715,85	72,95	100
Pecuária	13.028.999	41,56	100	265,42	27,05	100
Espírito Santo	650.902	100	-	16,41	100	-
Agricultura	566.768	87,07	3,09	13,27	80,89	1,85
Pecuária	84.134	12,93	0,64	3,14	19,11	1,18

Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

Em relação às finalidades, o Estado se destacou no financiamento do custeio das despesas do ciclo produtivo, que ocupou uma parcela maior de volume e valor dos contratos dentro do estado (74% e 61%) e superior à média nacional (55% e 57,5%). Identifica-se também que o número de contratos destinados à comercialização foi relativamente baixo no Brasil, mas o estado se diferenciou quando verificados os valores desses contratos. Enquanto a média nacional foi de 18,5%, no ES foi de 8,5%. Fica evidente o predomínio do financiamento nas finalidades custeio e investimento aos produtores capixabas.

Tabela 11 – Relação Brasil x Espírito Santo no financiamento de Crédito Rural por finalidade (2000-2012)

	Contratos			Valor Financiado		
	Nº	(%)	BR/ES	(em R\$ bilhões)	(%)	BR/ES
Brasil	31.355.749	100	-	981,27	100	-
Custeio	17.247.595	55,01	100	565,82	57,66	100
Investimento	13.418.431	42,79	100	232,74	23,72	100
Comercialização	689.723	2,20	100	182,71	18,62	100
Espírito Santo	650.902	100	-	16,41	100	-
Custeio	482.286	74,10	2,80	10,04	61,21	1,78
Investimento	161.047	24,74	1,20	4,98	30,34	2,14
Comercialização	7.569	1,16	1,10	1,39	8,45	0,76

Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

Como descrito na seção 2, dentre as linhas de crédito do Programa de Crédito Rural, o Pronaf se destaca não só por cumprir uma função social ao ajudar os pequenos produtores, mas também por compor a maior parte dos contratos firmados no Brasil.

Tabela 12 – Relação Brasil x Espírito Santo no Crédito Rural, por linha de crédito – 2000-2012

	Contratos			Valor Financiado		
	Nº	(%)	BR/ES	(em R\$ bilhões)	(%)	BR/ES
Brasil	31.355.749	100	-	981,27	100	-
Pronaf	19.700.990	62,83	100	132,76	13,53	100
Outras linhas	11.654.759	37,17	100	848,51	86,47	100
Espírito Santo	650.902	100	-	16,41	100	-
Pronaf	417.029	64,07	2,12	5,08	30,97	3,83
Outras linhas	233.873	35,93	2,01	11,33	69,03	1,34

Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

Nota-se que no país o Pronaf representou 63% dos contratos totais. No Espírito Santo essa linha se manteve próxima da média nacional, representando 64%. Porém, quando analisados os valores, tem-se que no estado capixaba os contratos do Pronaf atingiram valores superiores aos dos demais estados. Conforme Tabela 12, tal linha representou 31% do valor total dos contratos, enquanto que a média no país foi de 13,5%. Isso reitera a importância do produtor familiar no território capixaba.

4.2. ANÁLISE REGIONAL

Entre os estados do Sudeste, verifica-se que o Espírito Santo possuiu 12,5% dos contratos firmados na região durante o período analisado. Ainda, esses contratos representaram 5,3% do valor total financiado.

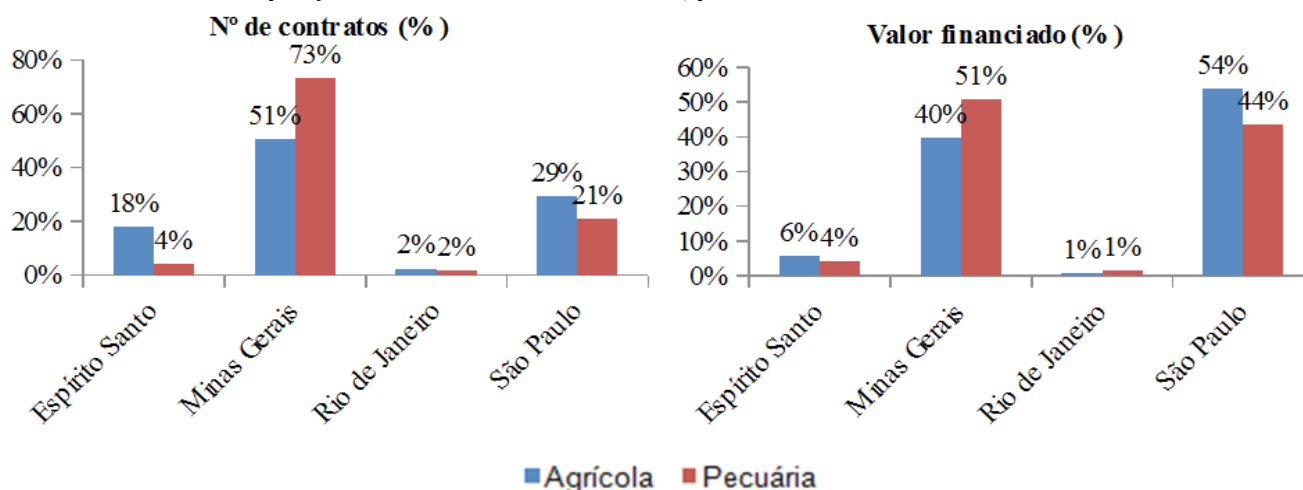
Tabela 13 – Composição do Crédito Rural no Sudeste, por estado – 2000-2012

	Contratos		Valor Financiado		Ticket Médio (valor/contrato) (em R\$ mil)
	Nº	(%)	(em R\$ bilhões)	(%)	
Sudeste	5.196.397	100,00	307,06	100,00	59,09
Espírito Santo	650.902	12,53	16,41	5,34	25,21
Minas Gerais	3.081.825	59,30	129,20	42,08	41,92
Rio de Janeiro	112.680	2,17	2,62	0,85	23,25
São Paulo	1.350.990	26,00	158,83	51,73	117,56

Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

Nota-se que o ticket médio dos contratos firmados no estado capixaba possui valor de R\$ 25.211,17. Os saldos conciliam com os resultados apresentados nos gráficos 9 e 10, nos quais a concentração dos contratos de valores abaixo dos R\$ 60.000,00 é superior a dos demais estados da região Sudeste. Fracionando em atividades, na agricultura o ES representou por 17,8% dos contratos totais, somando 5,7% do valor no Sudeste. Na pecuária, alcançou 4,2% dos contratos, totalizando 4,1% do valor financiado na região (Gráficos 13 e 14).

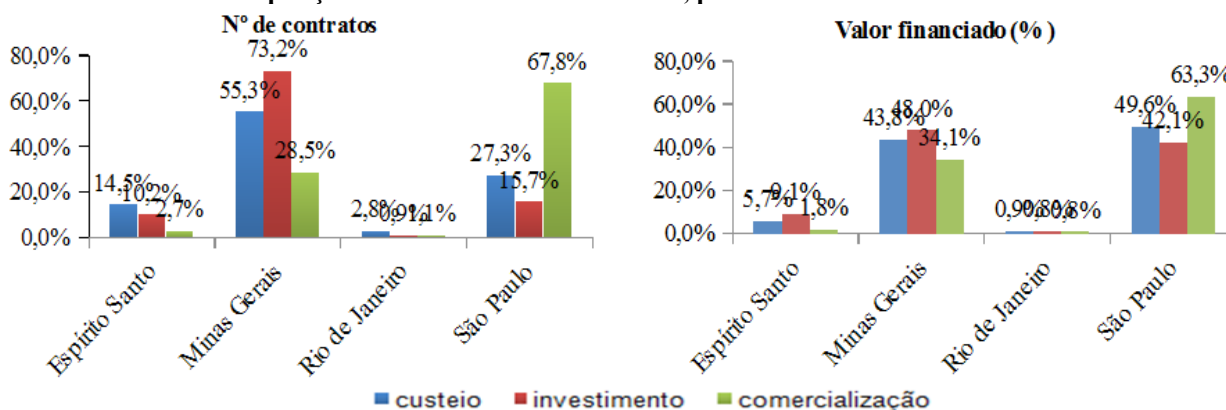
Gráficos 13 e 14 – Composição do Crédito Rural no Sudeste, por atividade – 2000-2012



Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

Como indicam os Gráficos 13 e 14, Espírito Santo e São Paulo possuíram maior volume e valor de contratos na atividade agrícola dentro de seus territórios, enquanto Minas Gerais, na atividade pecuária. Em relação às finalidades, o estado representou no Sudeste: dos contratos totais, 14% foram destinados para custeio, 10% em investimento e 3% em comercialização, totalizando 6%, 9% e 2% do valor financiando na região, respectivamente

Gráficos 15 e 16 – Composição do Crédito Rural no Sudeste, por finalidade – 2000-2012

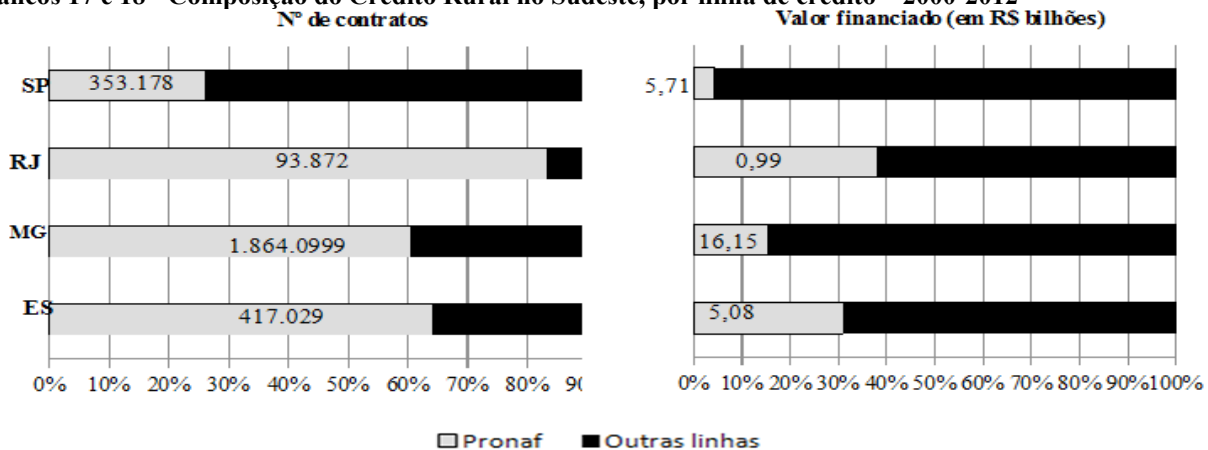


Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

De acordo com os Gráficos 15 e 16, o Espírito Santo concentrou o volume de contratos na finalidade custeio, sendo que o valor total foi maior no investimento. Nesse aspecto, os maiores fornecedores de crédito rural do Sudeste apresentaram características diferentes. Minas Gerais se destacou por maior volume e valor de contratos em investimento, enquanto que São Paulo foi em comercialização.

Pelos Gráficos, nota-se que, exceto São Paulo, o Pronaf possuiu papel fundamental na distribuição do crédito rural no Sudeste. Em relação ao volume dos contratos firmados, há predomínio desse programa em relação às diversas outras linhas de crédito existentes. No Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, essa linha representou mais de 60% dos contratos firmados durante o período 2000-2012. Pela característica do Pronaf de atender o pequeno produtor familiar, os valores dos contratos não são altos quando comparados aos dos grandes produtores e cooperativas.

Gráficos 17 e 18 - Composição do Crédito Rural no Sudeste, por linha de crédito – 2000-2012



Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários Estatísticos do Crédito Rural.

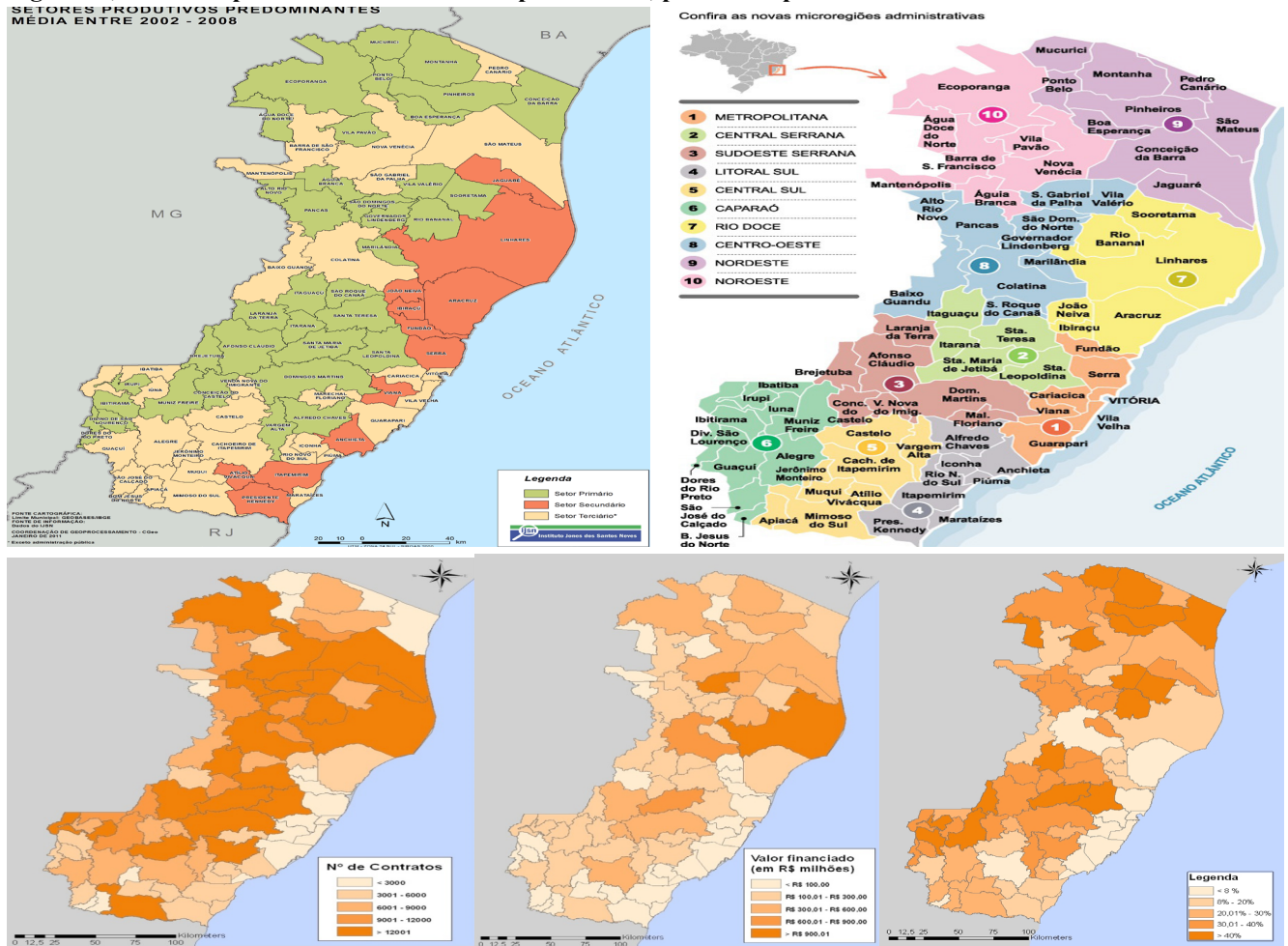
Como indica o Gráfico 16, o valor total de tal linha em todos os estados da região foi inferior a 40%. O estado capixaba se destaca nesse aspecto, já que no seu território, além de atender uma parcela maior de pequenos produtores (64% dos contratos são dessa linha), os valores distribuídos para eles são relativamente maiores (31%) que nos estados de Minas Gerais (15%) e São Paulo (4%). Em geral, quando comparado dentro da região, o Espírito Santo apresentou resultados relativamente bons. Dada a dinâmica da economia e dimensão territorial capixaba em relação aos demais estados, o estado possuiu saldos abaixo de Minas e São Paulo, mas acima do Rio de Janeiro na distribuição do crédito.

4.3. ANÁLISE MUNICIPAL

Quando analisada a política de crédito rural nos municípios, nota-se que as cidades que mais apresentaram contratos se concentram na microrregião Centro-Oeste. Em relação à distribuição de recursos, destacaram-se as microrregiões Centro-Oeste, Nordeste e do Rio Doce, sendo que no restante o resultado foi semelhante entre si, exceto Litoral Sul e Metropolitana que possuem participação baixa pela característica urbana de seus municípios. Esse cenário concilia com a participação dos setores produtivos em cada município, dada a importância da agropecuária na sua produção.

Figuras 2 e 3 - Mapa dos setores produtivos e das microrregiões do Espírito Santo

Figuras 4, 5 e 6 - Mapas do crédito rural no Espírito Santo, por município - 2000-2012



Fonte: IJSN/Bases de dados (Figura 2) e Secretaria Estadual de Economia e Planejamento (Figura 3). Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários estatísticos do Crédito Rural (Figuras 4, 5 e 6).

Como indica a figura 2, o setor primário foi predominante nas microrregiões Centro-Oeste, Central Serrana, Nordeste e Noroeste durante os anos de 2002 a 2008. Consequentemente, apresentaram saldos maiores que as demais microrregiões. A seguir os resultados da política do crédito rural de cada uma delas:

Tabela 14 - Política de Crédito Rural no Espírito Santo, por microrregião - 2000-2012

Microrregiões	Nº de Contratos	(%)	Valor (R\$ 100 milhões)	(%)
Espírito Santo	650.902	100	164,09	100
Caparaó	82.639	12,7	13,05	8,0
Central Serrana	71.579	11,0	14,82	9,0
Central Sul	58.730	9,0	13,54	8,2
Centro-Oeste	130.454	20,0	32,71	19,9
Litoral Sul	37.047	5,7	6,94	4,2
Metropolitana	9.374	1,4	5,63	3,4
Nordeste	64.882	10,0	25,07	15,3
Noroeste	73.721	11,3	14,22	8,7
Rio Doce	51.650	7,9	21,59	13,2
Sudoeste Serrana	70.826	10,9	16,53	10,1

Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários estatísticos do Crédito Rural.

Em relação aos contratos, destacaram os municípios de São Gabriel da Palha, Santa Maria de Jetibá, Vila Valério e Colatina, todos com quantidades superiores a 20.000. Na distribuição de recursos,

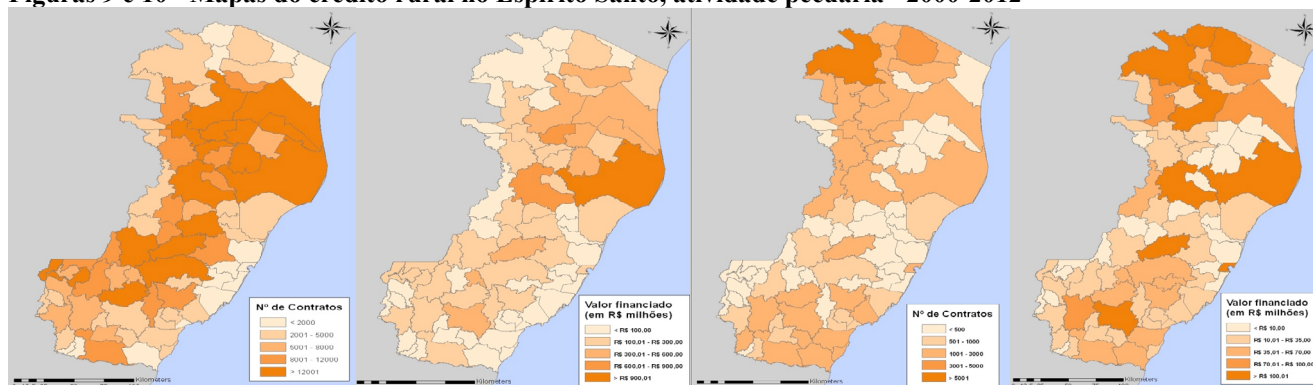
além dos supracitados, destaque para Linhares, único com valor superior a um bilhão de reais. Já os municípios que menos firmaram contratos, têm-se Vila Velha, Serra e Bom Jesus do Norte, com quantidades inferiores a 1.000. Ainda, com menor distribuição do crédito está Cariacica, Piúma e também Bom Jesus do Norte, todos com valores menores que R\$ 25 milhões.

A figura 6 representa a média da participação do setor agropecuário no Valor Adicionado municipal entre os anos 2000 e 2011. Se comparada com os mapas do crédito rural no Espírito Santo (ver Figuras 4 e 5), é possível verificar se há ou não indícios de que essa política foi refletida na produção de cada cidade. À primeira vista, pode-se dizer que o crédito rural surtiu efeito sobre a produção, mas identificar o quão efetivo tal política foi requer outra investigação.

Em relação aos municípios nos quais a agropecuária tem pouca participação na produção – Central Sul, Litoral Sul e Metropolitana –, observou-se que pouco se distribuiu de crédito rural, tanto em contratos quanto valor. Já as cidades de Central Serrana, Centro-Oeste e Sudoeste Serrana, a situação foi inversa. Peculiares foram os saldos de Colatina e Linhares que, apesar de possuírem maior participação na política de crédito rural, o VA do setor agropecuário é relativamente baixo. Ainda, alguns municípios que dependem mais da produção agrícola, principalmente do Nordeste, pouco se destacaram na distribuição do crédito rural, como Mucurici, Pedro Canário e São Mateus. Há de se apurar as causas disso e uma hipótese seria a dificuldade no acesso aos produtores dessas localidades.

Figuras 7 e 8 - Mapas do crédito rural no Espírito Santo, atividade agrícola - 2000-2012

Figuras 9 e 10 - Mapas do crédito rural no Espírito Santo, atividade pecuária - 2000-2012



Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários estatísticos do Crédito Rural 2000-2012.

Na atividade agrícola, a microrregião Centro-Oeste se destacou tanto na quantidade de contratos firmados quanto no valor total financiado, alcançando 21% e 23% do estado, respectivamente. Já na pecuária, a microrregião Noroeste possuiu saldos maiores nos dois itens, atingindo 26% de contratos e 21% do valor no estado. Pelo fato da atividade agrícola ter representado 87% do crédito no Espírito Santo, houve uma repetição dos municípios que apresentaram tanto maior número de contratos quanto valor total financiado no estado em tal atividade. Assim, São Gabriel Palha, Santa Maria de Jetibá, Vila Valério e Colatina possuíram mais contratos e juntamente com Linhares, maior participação nos recursos distribuídos.

O município que se destacou foi Ecoporanga com 10.983 contratos, totalizando cerca de R\$ 370,00 milhões. Fora do Noroeste, destaque para Alegre, Santa Maria de Jetibá e Montanha. O primeiro por quantidade de contratos, o segundo por valor financiado e o terceiro nos dois itens. É necessário explicar o caso de Vitória, que apresentou altos saldos na distribuição do crédito rural, devido aos produtores rurais que não criam gado no município, porém registram o endereço de residência na capital. Em relação às finalidades, tem-se:

Tabela 15 - Participação das microrregiões do Estado no Crédito Rural, por finalidade – 2000-2012 (%)

Microrregiões	Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor
Espírito Santo	100	100	100	100	100	100
Caparaó	13	8	12	9	5	2
Central Serrana	12	11	7	7	5	3
Central Sul	9	9	8	7	9	5
Centro-Oeste	20	20	21	16	22	36
Litoral Sul	6	4	5	5	3	1
Metropolitana	1	1	1	2	24	24
Nordeste	9	13	14	21	7	9
Noroeste	10	7	16	14	8	4
Rio Doce	8	14	7	12	13	12
Sudoeste Serrana	12	13	8	7	5	3

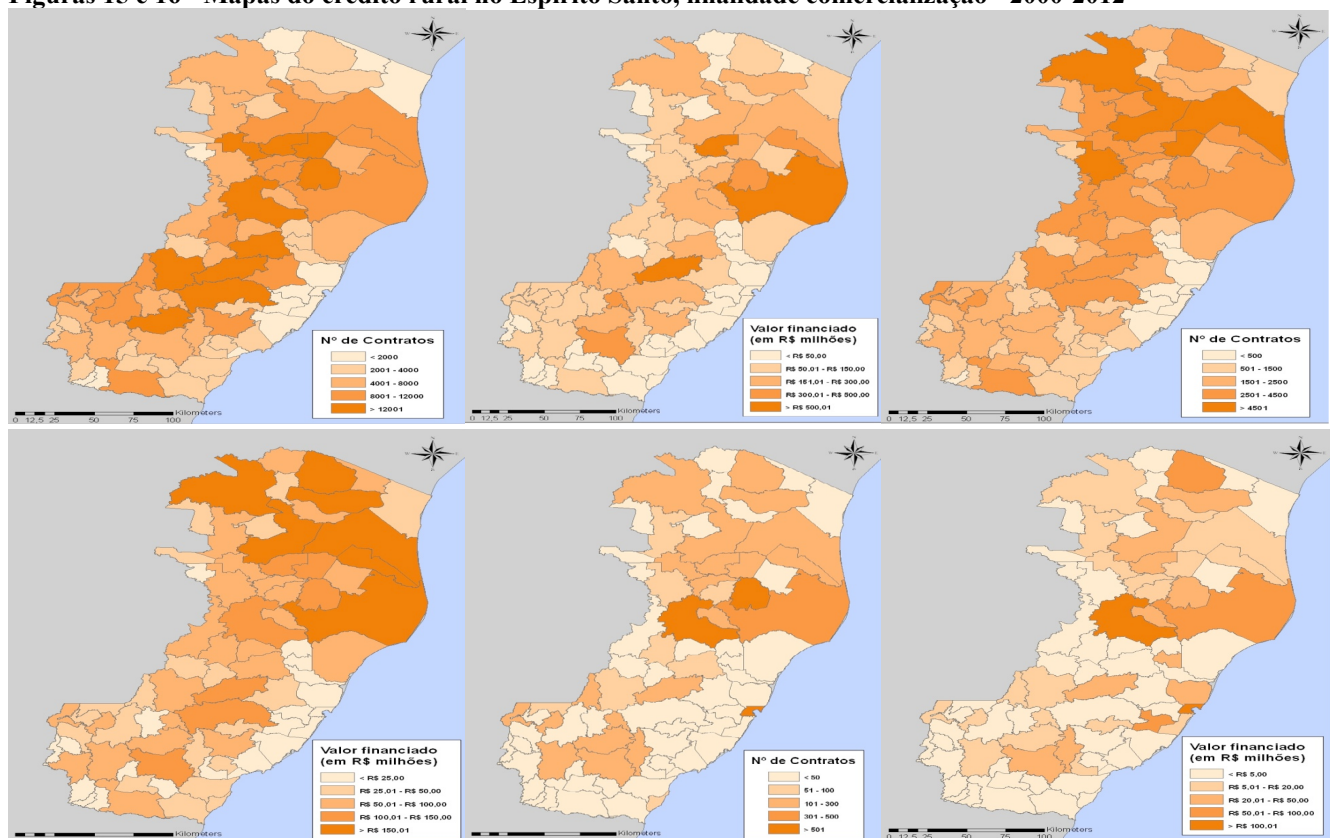
Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários estatísticos do Crédito Rural.

Segundo a Tabela 15, houve um predomínio da microrregião Centro-Oeste tanto na quantidade de contratos quanto do montante distribuído em todas as finalidades do crédito rural. Exceto Metropolitana e Litoral Sul, as demais microrregiões apresentaram saldos semelhantes na finalidade custeio. Em investimento, além do Centro-Oeste, destacaram-se os municípios do Nordeste e Noroeste. Por fim, a microrregião Metropolitana que, juntamente com Centro-Oeste, concentrou os contratos e valores destinados à comercialização.

Figuras 11 e 12 - Mapas do crédito rural no Espírito Santo, finalidade custeio - 2000-2012

Figuras 13 e 14 - Mapas do crédito rural no Espírito Santo, finalidade investimento - 2000-2012

Figuras 15 e 16 - Mapas do crédito rural no Espírito Santo, finalidade comercialização - 2000-2012



Fonte: Elaboração do autor a partir de BACEN/Anuários estatísticos do Crédito Rural.

Em geral, os saldos da política de crédito rural dos municípios do Espírito Santo condizem com a dinâmica da agricultura de cada cidade. Sabe-se que ao sul do estado se concentra grande número de pequenas propriedades, principalmente lavouras de café arábica, onde se observa alto número de contratos firmados com valores reduzidos, com destaque para Alegre e Afonso Cláudio. Na outra ponta

do território capixaba, os municípios ao norte concentram maior quantidade de médias e grandes terras, produzindo principalmente café conilon, mamão e desenvolvendo a pecuária. Conseqüentemente, há um predomínio da região na quantidade de contratos e, especialmente, do valor financiado no estado, com notoriedade de Linhares, Colatina e São Gabriel da Palha.

5. CONCLUSÃO

Em geral, durante os anos de 2000 a 2012, o Espírito Santo apresentou resultado relativamente bom em relação à distribuição de crédito rural, com destaque para a variação real do volume financiado, quantidade de proprietários que receberam recursos em relação ao total em seu território e o crédito destinado ao pequeno produtor. O estado sempre mostrou crescimento do valor financiado, diferente do Brasil que teve queda em 2005. Ao longo do período analisado, o estado atingiu cerca de 2% da quantidade de contratos no país, resultando no montante de aproximadamente 1,7% do valor total.

Constatou-se que a concentração de contratos firmados no estado é voltada para a atividade agrícola e finalidade custeio, sendo que o Pronaf possuiu maior participação em relação às demais linhas ofertadas. Tais saldos harmonizam com as principais características do campo capixaba. Como discutido, a agricultura sempre teve papel fundamental na construção e desenvolvimento da economia do Espírito Santo, em especial o cultivo de café que é destaque não só nacional como internacionalmente. Isso foi refletido na proporção de volume e valor dos contratos no estado para a atividade agrícola (87% e 81%) em relação à pecuária (13% e 19%). Também, com a concentração no financiamento da finalidade custeio – 74% dos contratos e 61% do valor –, resta saber se a proporção da finalidade investimento é suficiente para aumentar a produtividade e a competitividade da terra no decorrer dos anos.

O destaque da linha do Pronaf se deve, principalmente, pela quantidade de pequenos produtores, sendo um dos estados com maior participação de membros de famílias na ocupação do campo e de produção em terras inferiores a 100 hectares.

É possível identificar que a política de crédito rural se encontra em contínuo crescimento no estado e que existe uma preocupação em expandir os financiamentos públicos para a agropecuária. Na realidade, porém, os agentes acabam por dar preferência ao produtor cliente de sua instituição, pois já possui seu cadastro e histórico. Além disso, consideram alto o custo para chegar ao pequeno agricultor, não compensando a operação. Conseqüentemente, há o beneficiamento de uma minoria não só no estado, como no país inteiro.

Em geral, a política agrícola governamental deverá continuar a trajetória que corrige distorções do mercado. O desafio é estender o serviço de crédito a um maior número de agricultores fora do sistema, com diminuição dos custos financeiros. Segundo Censo Agropecuário de 2006, por exemplo, 35% dos produtores capixabas que não obtiveram financiamento disseram que precisavam do crédito. Dentre os motivos que alegaram para não o adquirir, cerca de 50% responderam que possuíam medo de contrair dívidas e 18,5% consideraram o processo burocrático (IBGE/Censo Agropecuário 2006).

Também, há uma grande distância entre o que se pode mobilizar com recursos do governo e o tamanho da demanda por financiamentos em condições favorecidas em relação ao mercado financeiro, além do interesse de se aplicar no setor e público-alvo. Talvez a solução para atender tal demanda parta do princípio de uma reforma financeira na qual o setor agrícola não dependa quase que exclusivamente dos recursos públicos. Fato é que, enquanto o risco que envolve a atividade agropecuária continuar com o agente financeiro, não há como fugir das condições impostas por ele. E não se encontrou uma alternativa melhor até hoje. Como diz Santo (2001), “conseguir que financiamentos sejam generalizados, com baixos encargos e sem burocracia, só com maior eficiência dos elos da cadeia produtiva e num contexto de mercado financeiro e macroeconômico mais adequado para a prática do crédito” (SANTO, 2001, pg. 162).

Por fim, como se trata de uma pesquisa descritiva, a preocupação ao construir esse trabalho foi expor as características da política de crédito rural no Espírito Santo, definindo, também, sua

natureza dentro do território capixaba, mas a partir deste, alguns problemas podem ser levantados para aprofundamento em novas pesquisas, como por exemplo: a) as razões pelas quais o Crédito Rural cresceu tanto no Espírito Santo e não no Brasil; b) porque a participação do Crédito Rural no PIB Agropecuário do Espírito Santo é inferior à dos demais estados; c) maneiras de melhorar o acesso do produtor ao Crédito Rural; d) a efetividade do Crédito Rural sobre o PIB Agropecuário; e) verificar a relação de causalidade entre o aumento de recursos do Crédito Rural sobre o PIB Agropecuário.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Anuários estatísticos do crédito rural**. Brasília. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 16 out. 2014.
- _____. **FAQ - Crédito rural**. Brasília. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/rural.asp#1>. Acesso em: 16 out. 2014.
- CAÇADOR, S. B.; GRASSI, R. A. **A evolução recente da economia do Espírito Santo: Um Estado desenvolvido e periférico?**. In: Encontro Nacional de Economia, n. 37, 2009, Foz do Iguaçu.
- _____. **A economia capixaba no período pós-1990: O Processo de “Diversificação Concentradora”**. Revista Economia Ensaios, Uberlândia, v. 23, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/issue/view/238>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- CROCCO, M.; NOGUEIRA, M.; SANTOS, F. **Sistema financeiro e atuação dos bancos públicos no desenvolvimento regional no Brasil**. In: **Bancos públicos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2010
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro>>. Acesso: 10 out. 2014.
- Instituto Jones dos Santos Neves. **Bases de dados**. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br>>. Acesso em: 27 nov. 2014.
- LUNDBERG, E. L. **Bancos oficiais e crédito direcionado - O que diferencia o mercado de crédito brasileiro?**. In: **Trabalhos para discussão**, n. 258, p. 1-39, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/td258.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2014.
- NONNENBERG, M. J. B.; REZENDE, G. C. **Desenvolvimento da agropecuária do Espírito Santo**. In: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN. **Espírito Santo: Instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória, 2010
- PEREIRA NETO, C. VIEIRA, P. S. **Crédito rural no Espírito Santo (2001-2010) e a participação do Bandes**. In: II Encontro de Economia do Espírito Santo, 2011, Vila Velha.
- PIRES, A. **A indústria do petróleo e o caso do Espírito Santo**. In: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN. **Espírito Santo: Instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória, 2010
- ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Caféicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo**. - 2. ed - Vitória: Espírito Santo em ação, 2012.

SANTO, B. R. do E. **Os caminhos da agricultura brasileira.** São Paulo: Evoluir, 2001

SAYAD, J. **Crédito Rural no Brasil:** avaliação das críticas e das propostas de reforma. São Paulo: FIPE/Pionera, 1984.

TORRES FILHO, E. T. **Crédito direcionado e direcionamento do crédito:** Situação atual e perspectivas. In: Revista do BNDES. Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 35-50, jun. 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 8. ed. SP: Atlas, 2007.

VILLASCHI, A. **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento.** Vitória: Flor&cultura, 2011.